

Da terra as migalhas: o abastecimento interno, os pobres, os livres e a “brecha camponesa” na América Portuguesa (séculos XVI – XVIII)

Caio Alexandre Toledo de Faria¹

Resumo: Pretendo nesse ensaio apresentar alguns aspectos da história rural na América portuguesa, a fim de discutir o abastecimento interno nos séculos XVI ao XVIII, partindo da referência à importância da mandioca e de seus subprodutos para o cotidiano da Colônia. Também abordarei de forma breve a “brecha camponesa” e a relevância dos pobres livres para o fortalecimento do mercado interno e, em especial, para a subsistência, tal como para o fornecimento de alimento aos colonos e outros habitantes dessas terras.

Palavras-chave: abastecimento interno; mandioca; América portuguesa; pobres livres; brecha camponesa.

From earth the crumbs: The domestic supply, the free poor and the “loophole” in Portuguese America from the sixteenth to the eighteenth

Summary: I intend to this audition show some several important aspects of rural history in Portuguese America, to discuss the domestic supply during the 16TH to 18th centuries, starting with the reference to importance of cassava and its by-products to the everyday life of Colony. In addition; I will discuss briefly the "loophole" peasant. I will address the importance of the poor free to the strengthening of the internal market and for the feeding of settlers and other inhabitants of the colony.

Keywords: subsistence agriculture; domestic supply; manioc; Portuguese America; free poor.

A IMPORTÂNCIA DA MANDIOCA E SEUS SUBPRODUTOS² PARA A VIDA E O COTIDIANO DOS HABITANTES DA AMÉRICA PORTUGUESA

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela UFMS, campus de Três Lagoas.

A mandioca é um arbusto cuja raiz, com casca pardacenta e massa branca, é importante para reserva do amido. Câmara Cascudo nos conta que o termo *mandioca* significa 'casa da Mani (*mani* + *oca*) em tupi'. Originárias do continente americano, provavelmente do subcontinente amazônico, existem mais de cem espécies de mandioca (*Manihotutilissima*), sendo que oitenta são nativas do Brasil. (PEDROSA, 2014, p.07).

O abastecimento interno de gêneros alimentícios durante o período colonial era, principalmente, feito por meio do trabalho dos pobres e livres e de seu cultivo alimentar, particularmente das roças de mandioca. Havia outros alimentos que eram cultivados na colônia, contudo houve esse maior interesse pela mandioca por ser um tubérculo já conhecido pelos indígenas e por sua fácil adaptação à agricultura dos portugueses. A mandioca era de fácil plantio, pois poderia ser cultivada em quaisquer solos (não havendo necessidade de solo fértil). Também já era utilizada pelos povos originários em sua alimentação básica e a troca de conhecimento entre esses grupos e os colonos facilitou a vida dos portugueses. Não era somente a facilidade do plantio e o aprendizado com os nativos que fizeram da mandioca o principal alimento dos colonizadores portugueses, como observa Pedrosa:

[...] A Planta efetivamente não necessita de terras férteis, nem de chuva regular nem de adubação para se desenvolver bem. Seu rendimento era mesmo maior em terras mais secas, como as do sertão. Ela é de fácil manejo: seu plantio é feito em vala, nos locais mais alagadiços, ou em covas, abertas com a mão ou com um único golpe de enxada. A colheita pode ser feita até com as mãos, se a terra estiver úmida. (2014, p. 07)

Fora a resistência às doenças e outros benefícios no plantio, após a colheita a mandioca pode render vários subprodutos, em especial, a farinha, produto que fora essencial para a vida na América portuguesa, pois a facilidade de transporte e consumo beneficiou todos os agentes sociais desse período, desde os povos originários, representantes da Coroa, os colonos, aos escravizados vindos da África. Também os tripulantes das naus que iam e vinham do continente africano e de outras localidades para a Colônia³ eram

² Os subprodutos da mandioca são a farinha, o carimã (fécula ou polvilho), a tapioca (polvilho torrado e encaroçado a fogo brando), a puba (mandioca fermentada em água), os beijos (massa de mandioca ralada e peneirada, cozida como uma panqueca), a tiquira ou cauim (álcool da mandioca).

³ A facilidade do transporte foi crucial, pois a farinha de mandioca resistia meses em barris e navios (tanto negreiros quanto de transporte de mercadorias).

beneficiados com este produto. Vale observar que a mandioca também era utilizada como moeda de troca nas negociações estabelecidas no continente africano para a compra de escravos, tal como o fumo, entre outros alimentos. A mandioca tornou-se alimento base na América portuguesa, na medida em que todas as classes aderiram a ela e a seus subprodutos. Cada região criava seus pratos típicos. Como destaca Pedrosa (2014), até mesmo os governadores trocaram o trigo pela mandioca por seu sabor e melhor consumo, fora o fato de que a farinha de mandioca poderia ser armazenada por um período mais longo, o que facilitava a alimentação em viagens transatlânticas e nas incursões pelo interior do Brasil.

Existiu no período colonial, segundo Pedrosa (2014), uma variedade de tipos de farinha (não somente de subprodutos da mandioca). Entre esses tipos estão a farinha da terra (ou de pau), a farinha de guerra (a mesma farinha de pau mais seca, usada nas viagens por ser mais durável), e não menos importante a farinha de puba (feita de macaxeira⁴ e própria para a feitura de beijus⁵).

Havia inúmeras dificuldades vivenciadas pelos homens e mulheres que trabalhavam nas roças. Tais dificuldades derivavam de várias questões, desde a produção da mandioca até o embate com as grandes lavouras. A posição econômica desfavorável, a falta de incentivo à existência de um comércio interno sólido (voltado para o incentivo ao estabelecimento de roças e o cultivo) e a ausência de apoio da Coroa na produção do abastecimento interno também prejudicaram esses roceiros e a sua produção em relação aos grandes.

A seguir, apresento duas pinturas: a primeira demonstrando a importância dos engenhos no período colonial (nesse caso, a oficina de farinha de mandioca) e a segunda, destacando a importância da mandioca. Ambas foram pintadas por artistas que vieram para a América portuguesa naquele contexto para retratar o que (eles) achavam mais importante no período, com o objetivo de apresentar o Novo Mundo para os europeus.

⁴ Mandioca (conhecida também como aipim) de baixa toxicidade (diferente da tradicional Mandioca, que possui uma maior toxicidade) encontrada cultivada nas regiões norte e nordeste do Brasil.

⁵ Tipo de biscoito também mais durável que a bolacha de farinha de trigo.



Imagem 2. Frans Post. Detalhe de oficina de farinha. (óleo 14)

A partir dessa pintura de Frans Post, de 1651, pode-se entender como funcionava uma oficina e/ou engenho que produzia farinha de mandioca (mesmo, particularmente, nessa pintura não havendo sinais de tração animal no maquinário). Conforme Fabiano Coelho (2007), durante anos, na historiografia brasileira e europeia, as casas ou oficina de farinha, ou mesmo a própria farinha e a mandioca em si foram menosprezadas.

É interessante a apresentação desta imagem, na medida em que pode ocorrer até mesmo a confusão entre o engenho de farinha e o de açúcar, em vista do olhar tecido pelo pintor que, em sua trajetória artística, focou suas pinturas em grandes e pequenos engenhos de açúcar. No entanto, essa pintura é de suma importância histórica por oferecer uma imagem clara de como era a produção de farinha de mandioca na América portuguesa.

Destaca-se ainda outra imagem bastante ilustrativa da importância da mandioca no período colonial:



Imagem 4. Albert Eckhout. Óleo reproduzindo imagem da mandioca. ⁶

Por meio dessa imagem pode-se ressaltar ainda mais - em vista das proporções que ela sugere - o quanto a mandioca era produto imprescindível no período colonial. Ao indagar quanto à razão pela qual o pintor teve a intenção de elaborar essa obra, deve-se tentar enxergar para além da reprodução da imagem da mandioca, na medida em que Albert Eckhout, durante o tempo em que esteve na América portuguesa, priorizou suas jornadas pelas regiões de interesses holandeses⁷ da colônia. Juntamente com Fran Post, ambos foram encarregados de retratar a América portuguesa para os europeus no século XVII, com a intenção de mostrar ao Velho Continente essa nova terra de riquezas variadas e diferentes das encontradas na Europa.

OS POBRES LIVRES, O CAMPESINATO E SEUS FEITOS NA COLÔNIA

O Brasil era um grande empreendimento colonial cuja característica, durante mais de 300 anos, foi à lavoura, a mineração e a economia de

⁶ Idem.

⁷ Houve grandes interesses holandeses na região nordeste da colônia, ocorreram até invasões holandesas nessa região, nesse período.

exportação. A escravidão era a forma predominante de trabalho, mas sempre a margem da economia de exportação e, com o passar do tempo, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa. (SCHWARTZ, 2001, p. 123)

Primeiramente é preciso desconstruir a ideia de que as relações sociais estabelecidas na colônia eram somente entre senhores e escravizados. Faz-se necessário deixar de lado a visão de ciclos econômicos, como os do açúcar, do ouro e do café, entre outros, e voltar o olhar para temas que durante décadas quase se perderam na história. Por toda a Colônia e o Império, enquanto perdurou a escravidão, existiam outras formas estabelecidas de relacionamento e de trabalho; é aí onde se encontram os pobres e livres. Dentre esses homens e mulheres estavam os camponeses que, normalmente, viviam a partir da agricultura de subsistência⁸ e foram essenciais para o abastecimento interno da América portuguesa, mesmo deparando-se com diversos problemas e obstáculos, por serem compelidos à marginalização em vista da Coroa e dos interesses particulares estarem centrados na produção voltada para a cultura da exportação.

Os estudos a respeito do abastecimento necessitam de aprofundamento, em especial quanto às áreas consideradas periféricas pela produção historiográfica, mesmo que esta produção tenha mudado muito desde a década de 1980, momento em que a história amplia os seus problemas, objetos e abordagens. Tal área de estudo, em especial a história agrária, como ressaltou uma pesquisadora, pioneira no estudo desta linha, ainda se encontra “escondida atrás da Casa Grande (por vezes da Senzala), do ouro das Gerais, do café, ou outro produto rei, dos coronéis do sertão” (LINHARES; SILVA, 1981, p.119).

Sabe-se, historicamente, que quando se iniciou a colonização portuguesa no Novo Mundo, a colônia fora dividida. Essa divisão foi feita por intermédio das doações de grandes terras para serem exploradas economicamente (de preferência, tais doações eram feitas para colonos com poderio financeiro). Esse processo de ocupação da terra foi chamado de

⁸ Florestan Fernandes (1949) e Stuart Schwartz (2001), dentre outros autores e autoras, denominam (no período colonial) o modo de produção agrícola não voltado para exportação como “economia natural” ou “economia de subsistência”. Ou seja, atividades voluntárias e livres que não faziam parte do mundo das trocas.

regime de Sesmarias. Contudo, a população rural livre e pobre, por não possuir notoriedade social, teve que ocupar pequenas posses mais ao interior da colônia para ter seu sustento básico.

Schwartz (2001) chama atenção para o fato que os pobres e livres que trabalhavam no campo raramente eram denominados de camponeses. Para melhor compreendermos a composição do “ser camponês”, José Graziano da Silva ressalta alguns pontos desse conceito:

[...] São quatro elementos fundamentais para defini-lo: a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o auto-consumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda [...]; d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção como mercadoria [...]. (1980, p.3)

A metrópole favorecia aos donos de grandes engenhos e de vastas extensões de terras, por outro lado os roceiros usufruíam da ausência de mecanismos de vigilância ou de repressão da Coroa para que ocupassem terras virgens. Tanto pobres e livres quanto negros escravizados fugidos, assim como alguns povos originários, adentraram mais e mais o interior da América portuguesa constituindo roças ao longo desse percurso.

Na região das Minas do século XVIII a fome era a maior praga, e elemento comum, derivada da escassez de alimentos. Isso fez com que os senhores de escravos⁹ e de terras dessem “certa autonomia” para que os negros escravizados tivessem acesso a terra em dias de domingo e de feriado, por exemplo, fazendo com que trabalhassem em roças que foram essenciais para a alimentação da escravaria e também do restante da colônia por todo o período da escravidão. Vale observar que esta prática se dava não somente nos arredores das minas Gerais ou em outras regiões auríferas, mas por muitas outras localidades do Brasil, vindo a ser denominada, na historiografia brasileira, de “brecha camponesa”. Também vale ressaltar que havia sim uma preocupação constante da Coroa com a fome que existia nas Minas (justamente para evitar motins) e a tentativa de regularizar, controlar e expandir as roças era uma preocupação da administração colonial.

⁹ Eram poucos senhores de escravos nessa região, sua maior quantidade se encontrava nos canaviais na região nordeste.

A Coroa sabia da necessidade de conter a escassez e a fome, ocasionadas pela vinda, para as minas, de pessoas de todos os cantos da América portuguesa atrás do que se imaginava lucro imediato, a fim de buscar o tão desejado ouro. Nesse período, praticamente todo o sustento da produção alimentar vinha da agricultura voltada ao mercado interno.

Malheiro referia-se a isto, ao observar que: “Não é raro, sobretudo no campo, ver entre nós cultivarem escravos para si terras nas fazendas dos senhores, de consentimentos destes, fazem seus todos os frutos, que são seu pecúlio.” (MALHEIRO, Apud LINHARES; SILVA, 1981, p, 131)

Discorrendo sobre a “brecha camponesa”, Silva e Reis (1989) a tratam como: “um mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista [...]”, pois ao disponibilizarem um pedaço de suas terras, os senhores, de certa forma, tentavam conter a rebelião escrava, ao mesmo tempo em que se ampliava o leque de gêneros alimentícios para alimentar tais escravizados. Nessa rede de negociação, estabelecida entre senhores e escravizados, os senhores utilizaram-se de variadas estratégias, semelhante aos escravizados. Em meio às relações que se estabeleciam, tanto senhores como escravizados sabiam que, na maior parte das situações, a força não era uma proposta ou a única saída viável para o controle do sistema escravista. Assim sendo, percebe-se que a brecha camponesa foi de suma importância tanto para os escravizados quanto para os senhores.

Reis e Silva, ao discorrerem sobre a “negociação” e o “conflito”, destacam a importância da “brecha camponesa” para os senhores:

Sem negar que a ‘brecha camponesa’ tenha cumprido um papel econômico importante (minimizar os custos da manutenção e reprodução da escravaria), procuramos ressaltar, no correr do trabalho, o seu papel como mecanismo de controle da força de trabalho. (1989, p. 31).

Schwartz (2001) tratando da “brecha camponesa” preferiu não postular de roceiros os escravizados que as praticavam, no entanto valorizou sua importância para as várias conquistas dos escravizados nas grandes fazendas e engenhos:

Mesmo quando produziam os próprios alimentos, os escravos não eram roceiros devido ao nível de coação e as limitações às suas decisões que eram geralmente muito maiores que as condições nas quais os roceiros operavam. Não obstante, a “brecha camponesa” foi um passo

rumo a um pouco mais de independência e, como tal, era reconhecida pelos escravos como melhoria de vida [...] (p. 154).

É interessante também enxergar a “brecha camponesa” como fundamental para o abastecimento interno da colônia, principalmente com o cultivo da mandioca, do milho, do feijão, entre outros produtos alimentares. Sendo assim Pedrosa assinala que Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva:

[...] defendem a tese de que as autoridades metropolitanas tentaram legislar e garantir a produção de alimentos porque Portugal, pequeno e pobre, não tinha condição de sustentar suas colônias, tropas e seus navios e precisa que os alimentos dos colonos e escravos fossem produzidos na própria colônia. Com isso, o Conselho Ultramarino exigia o plantio de cereais da terra – milho, mandioca e feijão – obrigava o plantio de mandioca no interior das fazendas daqueles que possuíam mais escravos, a garantia para os escravos de um dia da semana para cuidarem de suas próprias roças e incentivava a vinda de colonos pobres que se dedicassem a essas lavouras. Esse excedente alimentaria os fazendeiros, as colônias da África e do Sacramento, os navios que rumavam para a Índia e, por que não, a própria metrópole. As fontes arquivísticas nos mostram uma farta legislação contrária à expansão ilimitada da *plantation* açucareira, que se estendeu de 1642 a 1793. A intenção das autoridades era manter o equilíbrio entre as demandas do mercado interno e a produção de alimentos e evitar a repetição das fomes de meados do século XVII. (2014, p. 398)

Havia, possivelmente, outras formas de campesinato na colônia, no entanto priorizo, neste ensaio, os pobres e livres, assim como alguns indícios quanto à “brecha camponesa”. Em vista dos referenciais teóricos, é possível perceber que a Coroa não demonstrava grande interesse no plantio de roças e em seus resultados, ou melhor, em sua importância para a alimentação da Colônia. Como ressalta Souza (1982), o interesse se dava somente na ocorrência de crises de falta de alimentos. Por outro lado, os grandes senhores de engenho e fazendeiros, mesmo encarando a escassez, não mostravam interesse em relação à produção de alimentos, pois seu principal objetivo era produzir para a exportação.

As terras utilizadas pelos roceiros eram as piores. As mais férteis situavam-se nas mãos dos fazendeiros e senhores de engenho. A agricultura de subsistência crescia de maneira extensiva, com fragilidades tecnológicas e, na maioria das vezes, com posse transitória da terra. Na maior parte dos casos, os camponeses produziam alimentos para sua própria subsistência,

com exceção daqueles que conseguiam vender algum excedente no nascente mercado interno. Não se pode confundir agricultura de subsistência com autoconsumo. Essa agricultura pode incluir simultaneamente o excedente a ser utilizado para o comércio, não abrangendo somente o abastecimento próprio da família.

O campesinato na América portuguesa não produzia somente alimentos, existiam ainda culturas de outros gêneros, como por exemplo o cultivo do tabaco, mesmo estando ligado à grande lavoura exportadora. Livre de ser, ou não os únicos produtores de alimentos, o campesinato foi essencial para o abastecimento interno colonial, principalmente com gêneros alimentícios. A venda de excedentes demonstrou-se muito mais expressiva do que o imaginado.

A partir do relato do viajante inglês George Gardner, escrito em 1846, Foot-Hardman e Leonardi (1982) destacam a importância dos roceiros em relação ao abastecimento interno do nordeste com as conhecidas feiras. Destacou o britânico:

(...) me surpreendi com a variedade de artigos para a venda, embora fossem compostos, principalmente, de gêneros alimentícios e de peças de vestuários. Entre outros, de importância menor, observamos uma abundância de farinha de mandioca, charque, grandes peixes, rapadura, mel em sacolas, carne fresca, banana, sabão, sapatos, algodões simples, cordas feitas de fibras, fumo, utensílios de barro para cozinha (...), (Apud FOOT-HARDMAN e LEONARDI, 1982, p. 41).

Nas várias crises de alimentos na América portuguesa, os roceiros foram fundamentais para alimentar as regiões em que se vivia a escassez. O abastecimento interno se dava tanto de uma região para outra quanto dentro da região em crise. Schwartz ressalta tal importância em tempos de crise, destacando ainda a pobreza dos pobres e livres, trabalhadores das roças: “[...] os roceiros havia muito eram definidos como provedores de alimentos. O papel fundamental de alimentar as cidades, os garimpos e as lavouras pertenciam à população rural livre, mas o pão de cada dia variava regionalmente.” (2001, p. 126).

Silva salienta a relevância desses homens e mulheres, pobres do campo, para o abastecimento interno: “Na verdade, a pequena produção com base em relações de produção não capitalistas é responsável em nosso País

por grande parte dos gêneros alimentícios básicos que vão abastecer os centros urbanos e o próprio setor agrícola.” (1980, p. 8).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Propus apresentar inicialmente a importância da mandioca na América portuguesa e, posteriormente, a de seus cultivadores, entre outros produtos, pois visei demonstrar o papel dos roceiros no período colonial, tanto para o abastecimento próprio quanto para o mercado interno. Pode-se até discutir, nos dias atuais, as dificuldades vivenciadas pelos camponeses, famílias assentadas e pequenos produtores rurais, entre outras categorias que vivem no/do campo, destacando-se os obstáculos e a ausência de apoio que ainda sofrem, cotidianamente. É preciso reformular a visão eurocentrista e desconstruir velhos conceitos e preconceitos sobre vários aspectos da sociedade, inclusive quanto aos camponeses de “pequeno porte”, contudo de “intensa magnitude”.

Hoje em dia, a historiografia brasileira já compreende que esses pobres e livres tinham e “tem razão de ser”, não sendo vagabundos ou desocupados, como exposto por vários anos por autores conceituados. Não se pode julgar tais autores, (pois somos filhos de nosso tempo), e sim analisá-los reformulando ideias e conceitos à luz de novos referenciais e fontes, para o trabalho com temas com os quais há identidade.

Os pequenos produtores rurais vivem da terra.

Da terra as migalhas e das migalhas se tem o pão.

REFERÊNCIAS

COELHO, Fabiano. Camponeses e Abastecimento Interno na Colônia: algumas reflexões. *Revista História em Reflexão*: Vol. 1 n. 2, Dourados. Jul/Dez, 2007.

FOOT-HARDMANN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982.

FERNANDES, Florestan. A economia Tupinambá – Ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal. *Revista do Arquivo Municipal*: n. 122, p. 7-77. São Paulo, Fev. 1949.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão* (1530-1918). Brasília: BINAGRI, 1979.

PEDROSA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. IN: Fragoso, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O Brasil Colonial 1720*, vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, José Graziano da (Org.). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não o engenho de farinha de Frans Post. *Varia hist.* vol.25 no. 41, Belo Horizonte. Jan./June, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.